Conclusão

Efetuamos um percurso ao longo desta dissertação que, em poucas linhas, pode ser assim descrito: partimos do conceito de objeto *a*; a angústia, “sua única tradução subjetiva” (Lacan: 2005: 113), nos conduziu a delinear o modo de funcionamento da passagem ao ato e do *acting out*, entendidos como duas saídas possíveis para o surgimento angustiante do objeto *a* na cena subjetiva; fomos levados, então, a desenvolver algumas teses que circunscrevem o conceito de ato, tomando como base o ato analítico e a passagem ao ato; aquele, “apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato” (Lacan, 2003 [1967-68]: 371) e essa, compartilhando com ambos importantes características, aproximaram-se conceitualmente; foi numa relação ao saber e não à linguagem que pudemos precisar as similitudes e as diferenças entre a passagem ao ato e o ato analítico; o passo mais decisivo dessa trajetória foi dado quando trouxemos para a cena do tratamento a falha constitutiva de toda passagem ao ato; assim, chegamos a concepção de que a manifestação do caráter falho de uma passagem ao ato iminente ou já realizada pode ser experienciada como um encontro “esvaziado” com o objeto *a*, objeto esse que diz algo da verdade do sujeito; finalmente, apresentamos algumas considerações a respeito do estatuto do ato no campo da fala e da linguagem na Polícia Militar, do qual partiram nossas questões e para o qual devem retornar as conquistas, até aqui, realizadas.

Vimos, a partir do décimo seminário de Lacan, que o objeto *a* se apresenta na origem da passagem ao ato e do *acting out*. Em sua presença, ele impossibilita o circuito do desejo e provoca o mais verdadeiro dos afetos, a angústia. Passagem ao ato e *acting out*, apresentam-se, nessa circunstância, como possibilidades distintas de remanejamento da causa, retirando o objeto da cena ou o dispondo nela de um modo particular, respectivamente. Essas figuras clínicas, entendidas, então, como dois mecanismos fundamentais de o sujeito lidar com o objeto *a*, reproduzem algo do processo de constituição do sujeito no Outro, no qual a extração do objeto *a* é a condição *sine qua non* para o sujeito existir. Assim, passagem ao ato e *acting out* foram concebidos, fundamentalmente, como tentativas de solução, como distintas possibilidades de saída para a angustiante presença do objeto *a* na cena subjetiva.

Focalizando nossa pesquisa na passagem ao ato, retratada no caso Aimée como uma tentativa de fazer furo no Outro, passamos, então, a articulá-la ao conceito de ato analítico. Com base na leitura do décimo quinto seminário de Lacan, enumeramos e desenvolvemos cinco teses a respeito do ato, assim enunciadas: 1) todo ato implica um correlato significante; 2) o Outro está no horizonte do ato; 3) no instante do ato, não há sujeito nem Outro; 4) o sujeito reencontra, após o ato, sua presença renovada e 5) todo ato, exceto o suicídio, é falho.

Vimos que essas teses se aplicam tão bem ao ato analítico quanto à passagem ao ato, o que acabou por nos mostrar, que eles possuem a mesma estrutura. Ato analítico e passagem ao ato se encontram no conceito lato de ato na medida em que comungam das características de suspensão de toda a ordem prévia pela irrupção do objeto *a* e de reconstituição conjunta de sujeito e Outro sob o signo do inaudito, do renovado e do recomeço. Nem todo ato é passagem ao ato e/ou ato analítico, mas toda passagem ao ato e todo ato analítico tem a estrutura do ato.

Todas as cinco teses, sobretudo as duas últimas, nos conduziram a suspender a concepção essencialmente negativa da passagem ao ato. Levando em conta que todo ato é em última instância falho e que a fama destrutiva da passagem ao ato – exceto no êxito do suicídio – está de algum modo ligada a sua vitória como ato, nos sentimos autorizados a repensar o estatuto e o valor da passagem ao ato falha. Assim, designamos com a expressão “passagem ao ato falha”, a essência clinicamente produtiva da passagem ao ato que não tem êxito.

Vimos que a passagem ao ato expressa uma recusa da experiência da impossibilidade do saber. Como uma negação dupla, como um não-querer o não-saber, ela foi concebida por nós como o ato que acaba por afirmar o saber e que, conseqüentemente, atesta a confiança do sujeito na sua não-verdade. Consideramos, que a passagem ao ato que não tem êxito é necessariamente passagem ao ato falha. Finalmente, defendemos que o tratamento analítico deve ser orientado pela tarefa de fazer emergir para o sujeito o caráter necessariamente falho da sua passagem ao ato.

O caminho desse reconhecimento implica em transferir ou abalar a certeza engendrada pelo objeto que impulsiona o ato, para que o ato falhe de uma maneira produtiva, a saber, trazendo em sua falha a dimensão da verdade. Como a verdade

do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto a , concluímos, então, que a passagem ao ato falha faz com que a verdade do objeto a – consistência lógica com a qual o sujeito faz existir o Outro - seja revelada. Em suma, o advento da falha da passagem ao ato pode e deve ser o mesmo movimento pelo qual o objeto a , consistência lógica mas também resto presente, seja incorporado na história do sujeito precisamente como motor do circuito do seu desejo.